



Índice

- 01** Comunidade quilombola apresenta ao MPF/PA plano aprovado na primeira consulta prévia realizada no país
- 02** Corpo de indígena é encontrado em açude na aldeia Bororó
- 03** Produtor rural alega que terra invadida foi legitimada pela JustiçaFunai afirma que área vai passar por novos estudos
- 04** Fazenda Serrana foi reintegrada em 2008 pela Justiça Federal
- 05** Com 49 vagas, concurso da Sanesul recebe inscrições até dia 25
- 06** Funai cria grupo para levantamento de benfeitorias em fazendas
- 07** Funai participa na Paraíba de encontro com Tabajara e Potiguara
- 08** Presidenta da FUNAI participa na Guiana de encontro para tratar sobre questões indígenas
- 09** Ruralistas ameaçam a Constituição
- 10** Deputados ruralistas vão ter domínio completo de comissão de terras indígenas



Comunidade quilombola apresenta ao MPF/PA plano aprovado na primeira consulta prévia realizada no país

SÍTIO MPF, 18.09.2013

Representantes da Associação de Moradores da Comunidade Remanescente de Quilombo de Cachoeira Porteira (Amocreq), em Oriximiná, no oeste do Pará, visitaram, no dia 12 de setembro, a sede do Ministério Público Federal em Belém para apresentar o plano de desenvolvimento sustentável aprovado pela comunidade na primeira consulta prévia realizada no Brasil nos moldes da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O plano, elaborado por técnicos do Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (Idesp), foi validado pela comunidade durante consulta prévia feita entre os dias 23 e 31 de agosto. O documento assegura, entre outras ações, a titulação do território quilombola, que totaliza mais de 226 mil hectares.

O plano servirá de base para que um projeto de lei seja apresentado à Assembleia Legislativa do Estado, como forma de garantir a desafetação de parte das florestas estaduais Faro e Trombetas, onde fica o território quilombola.

Os procedimentos para a consulta foram definidos de comum acordo entre os quilombolas e representantes do Idesp e do Ministério Público Federal no Pará (MPF/PA), que acompanha o processo, em reunião realizada no final de julho.

O MPF/PA atualmente é responsável por três processos judiciais relativos a consultas prévias não realizadas no Pará, nos casos das usinas hidrelétricas de São Manoel (rio Teles Pires), São Luiz do Tapajós (rio Tapajós) e Belo Monte (rio Xingu).

Todas afetam o modo de vida de povos indígenas e tradicionais (como ribeirinhos ou quilombolas). No entanto, nesses casos, as decisões governamentais foram tomadas sem nenhuma consulta aos atingidos, o que motivou o ajuizamento das ações.

Cidadania - As 85 famílias de Cachoeira Porteira vivem da pesca, da extração da castanha, das roças e da produção de farinha. Existe área florestal ainda relativamente preservada, muito rica em castanhas nativas, apesar da presença de mineradoras, madeireiras e sojeiros na região.

Além da titulação, pelo Plano de Utilização e de Desenvolvimento Socioeconômico e Ambiental Sustentável, a comunidade destacou outros temas como prioritários.

Foram destacadas as alternativas à geração de renda, principalmente durante a entressafra da castanha. Algumas das soluções em pauta ressaltam a necessidade do fortalecimento do ecoturismo, da marcenaria comunitária, da melhoria da produção de frangos e ovos, e da estruturação da cadeia produtiva da castanha durante a safra.

CONT.



Nas áreas de saúde, bem-estar e meio ambiente, iniciativas como a implementação de atendimento médico na comunidade e a reestruturação do posto de saúde, do sistema de abastecimento de água e da coleta e descarte do lixo também foram apontadas como prioritárias.

Na segurança, os quilombolas procuram soluções para as violações de direitos e integridade física de crianças e adolescentes. Em educação, a prioridade é a implantação do ensino médio e a facilitação do acesso à internet. O fornecimento de energia durante 24 horas por dia, reforma das habitações e soluções para o fortalecimento cultural e social da comunidade são outros temas relevantes para as famílias.

"Foi fundamental discutirmos o assunto internamente porque pudemos colocar no papel tudo o que achávamos importante para o nosso desenvolvimento", destacou o presidente da associação quilombola, Ivalnido Carmo.

Documentos e informações sobre a consulta podem ser encontrados no site do Idesp.



Corpo de indígena é encontrado em açude na aldeia Bororó
SÍTIO DOURADOS AGORA, 18.09.2013

O Corpo de Bombeiros resgatou, por volta das 11h45 desta quarta-feira, o corpo do indígena Admilson Rossati, 45 anos, da etnia caiuíá, dentro de um açude localizado na aldeia Bororó. Ele estava desaparecido desde ontem.

Segundo testemunhas, ontem à noite, ele foi visto transitando próximo ao açude. Em dado momento, foram ouvidos gritos vindos do local. Lideranças da comunidade vasculharam a área e encontraram às margens da água o chinelo e algumas madeiras que Denilson havia colhido.

A Força Nacional de Segurança foi acionada e fez rondas pelo local, mas não encontrou nada. Nesta manhã, o Corpo de Bombeiros foi chamado pelo pastor Luciano Arévalos, ex-líder comunitário, e acabou encontrando o corpo.

O pastor acredita que a vítima pode ter sido empurrada para dentro do açude. O ex-líder comunitário reclamou da falta de segurança na região e apontou como principais problemas à venda de bebidas alcoólicas e a distribuição de drogas. Luciano também pediu para que as autoridades olhem com mais atenção para os jovens da reserva indígena, e que promovam palestras e oriente-os sobre violência.

A reunião de ontem, ocorrida no Palácio do Planalto, teve a participação de cerca de 30 parlamentares da bancada ruralista e dos ministros da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, e da Agricultura, Antônio Andrade, além dos próprios Adams e Cardozo.

O deputado Goergen diz já não esperar novas respostas do governo sobre a resolução de conflitos entre índios e fazendeiros em várias regiões do país. "Se depender do Executivo, a solução não existirá", disse. No mês de julho, o ministro Cardozo disse que publicaria uma portaria para incluir a participação de outros órgãos no processo de demarcação, além da Fundação Nacional do Índio (Funai). "Eu não confio mais nesse prazo, porque a todo momento ele é protelado", disse Goergen. Na ocasião, a posição do ministro era que editaria a portaria apenas depois que acompanhasse a tramitação do projeto.

Outra proposta, que será analisada pelos parlamentares e deve causar embate entre ruralistas e militantes das causas indígenas é a Proposta de Emenda à Constituição 215, que transfere ao Congresso Nacional a prerrogativa de aprovar a demarcação de terras indígenas e quilombolas. Em agosto, o jurista Dalmo Dallari se posicionou contra a proposta durante audiência pública na Câmara.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 169 / 2013

Brasília, 18 de setembro de 2013.

Ontem (10), foi aprovada pela Câmara a constituição de uma comissão especial destinada a discutir a PEC. A decisão, assinada pelo presidente Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), contraria o relatório final de um grupo de trabalho criado pela própria Casa para debater a situação dos índios. No próximo dia 18, a comissão será instalada e elegerá seus integrantes.

Na segunda (9), deputados da Frente Parlamentar da Agricultura se reuniram com o ministro do STF, Luís Roberto Barroso, para pedir que ele negue o Mandado de Segurança 32.262 que visa a impedir a tramitação da PEC. O mandato, impetrado pelas Frentes Parlamentares de Apoio aos Povos Indígenas e de Direitos e que pede a suspensão da tramitação da PEC, ainda não foi analisado por Barroso.

Fonte: Agência Brasil



Produtor rural alega que terra invadida foi legitimada pela Justiça - Funai afirma que área vai passar por novos estudos”

SÍTIO DOURADOS AGORA, 17.09.2013

O produtor rural José Roberto Teccheo afirma que esta é a segunda vez que sua fazenda é ocupada por indígenas no período de cinco anos. Nesta segunda-feira, aproximadamente 20 indígenas que estavam acompanhados às margens da rodovia MS-463, em Dourados, adentraram à propriedade e montaram acampamento em uma região de mata ciliar.

Segundo Teccheo, a área possui 108 hectares e no momento está arrendada para uma usina sucroenergética. Em 2008, o local havia sido invadido, mas na ocasião, a Justiça Federal determinou a reintegração de posse.

De acordo com nota divulgada pela assessoria de comunicação da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul), recursos da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Ministério Público Federal tentaram considerar a área como indígena, porém a 1ª Vara Federal de Dourados proferiu sentença favorável ao produtor. “Tenho a legalidade da terra comprovada judicialmente, ainda assim, entidades fazem pressão para que a usina assine um termo que interrompa o meu contrato”, afirmou Teccheo.

Nesta terça-feira, o Coordenador Regional da Funai em Dourados, Vander Aparecido Nishijima, disse em entrevista à TV Morena que a entidade vai fazer o possível para acompanhar o caso de perto, enquanto são realizados estudos sobre as terras onde a fazenda se encontra. “Toda área ao entorno da cidade está sendo analisada. Vamos continuar prestando assistência às famílias que estão acampadas. Por 14 anos elas viveram às margens da rodovia, sem nenhum tipo de acesso à água ou plantio. Quatro pessoas já morreram vítimas de acidente. Estamos aguardando o posicionamento dos produtores, para tentar resolver a situação”, explicou.



Fazenda Serrana foi reintegrada em 2008 pela Justiça Federal

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 18.09.2013

Invadida hoje por cerca de 20 indígenas da etnia Guarani Kaiowá, a Fazenda Serrana, na região de Dourados, já havia sido ocupada em 2008. Na época, a propriedade foi reintegrada por determinação da Justiça Federal.

Ainda em 2008, a Funai (Fundação Nacional do Índio) e o MPF (Ministério Público Federal) tentaram considerar a propriedade como indígena, suposição desconsiderada pela 1ª Vara Federal de Dourados, que sentenciou em 2012 favoravelmente ao proprietário da fazenda, conforme informações da assessoria de imprensa da Famasul (Federação da Agricultura e Pecuária de MS).

Localizada na MS-463, na região de Dourados, a fazenda é de propriedade de José Roberto Teccheo, e passa pela segunda invasão em cinco anos. De acordo com o proprietário, indígenas ignoram a sentença expedida pela 1ª Vara Federal de Dourados que finaliza o processo e garante a legitimidade da terra.

Ainda de acordo com Teccheo a primeira invasão dos indígenas em sua propriedade ocorreu em 2008 e no ano seguinte o pedido de reintegração de posse foi atendido pela Justiça Federal.

A área de 108 hectares atualmente é arrendada para uma usina sucroenergética, destinada ao cultivo de cana-de-açúcar. O proprietário da fazenda acusa órgãos ligados aos indígenas de elaborarem manobras que tentam romper seu contrato de arrendamento. "Tenho a legalidade da terra comprovada judicialmente, ainda assim, entidades fazem pressão para que a usina assine um termo que interrompa o meu contrato", denunciou Teccheo.

Segundo a Famasul a Fazenda Serrana é a 67ª propriedades privadas invadida no Estado.



Com 49 vagas, concurso da Sanesul recebe inscrições até dia 25

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 18.09.2013

A Sanesul (Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul) recebe até dia 25 de setembro as inscrições para concurso público com 49 vagas. O salário inicial será de R\$ 3.839,53 e os interessados devem ter ensino superior completo.

A taxa de inscrição é de R\$ 143,36. A prova está prevista para ser realizada no dia 10 de novembro em Campo Grande. Os candidatos irão passar pela avaliação objetiva escrita e depois pela prova de títulos.

Serão reservadas 5% das vagas para pessoas com deficiência, 10% para negros e 3% para índios. Os candidatos que se enquadrarem nestas descrições devem enviar solicitação até o dia 25 de setembro. Os deficientes auditivos e visuais devem requisitar com antecedência atendimento especial.

Serão 42 vagas para Campo Grande, nas seguintes áreas: administrador (4), advogado (3), analista de tecnologia da informação em análise de sistema (2), analista de tecnologia de informação DBA (1), analista tecnologia em infraestrutura (1), arquiteto (1), assistência social (1), biólogo (1), contador (1), economista (2), engenheiro civil (12), engenheiro sanitário (4), engenheiro mecânico (1), geólogo (1), jornalista (1), médico do trabalho (1), psicólogo (2) e químico (1).

Nos municípios de Aquidauana, Corumbá, Dourados, Jardim, Naviraí, Ponta Porã e Três Lagoas, há uma vaga para engenheiro civil. Os interessados devem acessar www.concurso.ms.gov.br.



Funai cria grupo para levantamento de benfeitorias em fazendas

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 18.09.2013

A Funai (Fundação Nacional do Índio) criou grupo de trabalho para levantamento e avaliação de benfeitorias em fazendas localizada em Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia. A área, denominada de terra indígena Buriti, é disputada por terenas e produtores rurais. Conforme a portaria, serão nove servidores, entre engenheiros agrônomos, técnico em agricultura e pecuária, analista de sistema e agente em indigenismo. O prazo para o trabalho é de 30 dias.

A disputa na região ganhou destaque nacional após a morte do terena Oziel Gabriel, em 30 de maio. Ele foi ferido na reintegração de posse da fazenda Buriti. Desta forma, o governo federal passou a centralizar as negociações, com a proposta de indenizar os fazendeiros pela terra nua. Antes, somente benfeitorias eram pagas.

Já foi formado grupo de trabalho com técnicos da Agraer (Agência Estadual de Desenvolvimento Agrário) e da SPU (Secretaria do Patrimônio da União). O levantamento vai estabelecer o preço das áreas, incluindo a terra nua e benfeitorias. Estima-se que o custo seja de R\$ 150 milhões.

Reivindicada pelos terenas, a terra Buriti fica localizada entre os municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti. Em 2001, a Funai aprovou o relatório de identificação da área de 17 mil, sendo dois mil já demarcados.

No mesmo ano, fazendeiros recorreram à Justiça para anular a identificação antropológica. Em 2004, decisão judicial foi favorável aos produtores. Dois anos depois, com nova decisão no TRF3 (Tribunal Regional Federal da 3ª Região), a terra voltou a ser reconhecida como indígena.

Somente em 2010 o Ministério da Justiça declarou que a área pertencia aos terenas. Os próximos passos seriam a demarcação física da reserva e homologação da presidente da República. No entanto, no ano passado, o processo voltou a ser suspenso por decisão judicial favorável aos fazendeiros. Segundo os índios, a população chega a 6 mil pessoas, distribuídas em nove



Funai participa na Paraíba de encontro com Tabajara e Potiguara

SÍTIO FUNAI, 17.09.2013

A sessão especial foi na última sexta-feira (13) na Assembleia Legislativa da Paraíba (13). Na pauta a reestruturação da Fundação Nacional do Índio (Funai) na Paraíba e a implantação de medidas contra o avanço do mar que estaria derrubando habitações em comunidades indígenas, nos municípios de Baía da Traição e Marcação, no Litoral Norte da Paraíba.

Durante cerca de cinco horas, o diretor Administrativo e Gestão da Funai, Antonio Carlos Futuro e a representante da Presidência da Funai, Lúcia Alberta; conversou com os prefeitos de Baía da Traição, Manuel Messias (PMDB); de Marcação, Adriano Barreto (PSB); além dos representantes dos povos Tabajara e Potiguara.

Segundo o Diretor da Funai, Antonio Carlos Futuro, "o processo de reestruturação surgiu para implantar um olhar diferenciado sob todos os povos indígenas". No entanto, reconheceu que a medida causou a diminuição de 30 unidades gestoras do órgão, entre elas a extinção da coordenação que funcionava em João Pessoa.

A reestruturação da Funai, implantada por meio do decreto Federal 7.056/2009, que regulamentou o seu estatuto e quadro demonstrativo, retirou a Coordenação Regional do órgão da Paraíba, dispondo apenas Coordenações Técnicas Locais (CTLs), oferecendo serviços básicos de apoio à comunidade indígena.

O cacique Geral Potiguara, Sandro Gomes Barbosa, cobrou medidas emergenciais. Segundo ele, a retirada da Coordenação Regional prejudicou o atendimento a comunidade indígena. "Se falou que a Funai colocou as CTLs próximas das comunidades, mas, infelizmente, não temos CTLs que ofereçam condições aos índios. É preciso uma Funai estruturada, com mais funcionários, mais veículos para fiscalização, sem burocracia. Queremos a volta da nossa coordenação e queremos mais apoio em prol de medidas emergenciais para o povo indígena", comentou.

O professor Josafá Freire, representante do povo Potiguara, também argumentou que a reestruturação prejudicou o atendimento oferecido pela instituição aos índios paraibanos. "Esse novo formato de gestão feriu todos os princípios federativos. Tínhamos uma administração modelo, mas optaram a levá-la aos extremos, para Fortaleza e Recife, e a Paraíba, no centro de tudo, ficou sem a sua coordenação. É preciso mudar essa realidade", discursou.

O cacique do povo Tabajara, Ednaldo dos Santos, leu na tribuna uma carta endereçada a Presidência da Funai. No documento, é cobrada a abertura de Grupo de Trabalho (GT) do órgão, nas terras da tribo, localizada no município do Conde. Segundo ele, o objetivo é fortalecer a luta em prol da defesa da manutenção da área que abriga os indígenas em detrimento ao avanço de empreendimentos privados.

CONT.



“Reivindicamos da Funai uma maior agilidade no GT, pois, nossa área está sendo invadida por indústrias e resorts. Temos 503 anos de luta, éramos um povo de mais de 5 mil índios que foram dizimados a apenas 150 que ainda defendem essa cultura. É preciso conseguirmos a preservação da nossa área e precisamos desse apoio”, encerrou.

O deputado Tróccoli Júnior lamentou a retirada da Coordenação Regional, "Eu lamento profundamente a covardia que a Funai cometeu com a Paraíba, por meio dessa reestruturação. Porque os nossos índios não precisam de esmola, precisam de compromisso e a retirada da representação do órgão para levá-la para, no mínimo, 800 km de distância [Fortaleza-CE] é uma afronta a comunidade indígena. É preciso mudar essa realidade e vamos buscar a força política necessária para isso", argumentou o deputado.

A representante da Funai, Lúcia Alberta, afirmou que a direção do órgão está aberta a negociação com todas as comunidades. No entanto, ela argumentou que a reestruturação implantada foi à melhor forma encontrada para atender as necessidades dos povos indígenas.

“Esse modelo de gestão é o modelo que acreditamos ser o correto. As CTLs seriam uma alternativa melhor para mudar a antiga política indigenista que não funcionava bem. Os povos indígenas passaram a ter uma maior autonomia com essa mudança. Queremos que a Funai seja um parceiro de vocês para construir uma melhor política de qualidade de vida do povo indígena”, disse.



Presidenta da FUNAI participa na Guiana de encontro para tratar sobre questões indígenas

SÍTIO FUNAI, 17.09.2013

A quinta reunião de altas autoridades em assuntos indígenas dos países que fazem parte da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) ocorreu na primeira semana de setembro em Georgetown, capital da Guiana.

Além da presidenta interina da FUNAI, Maria Augusta Assirati, representando o Brasil, o encontro também contou com a participação de representantes da Bolívia, Colômbia, Guiana e Peru.

Para Maria Augusta, "o encontro é um rico espaço de debate, onde os países discutem, dentre os diversos assuntos da agenda indígena da OTCA, possibilidades concretas de cooperação e intercâmbio técnico regional sobre temas ligados ao desenvolvimento sustentável da Amazônia e à promoção dos direitos dos povos indígenas da região".

Os principais assuntos de discussão foram: a promoção de direitos indígenas em regiões de fronteira; políticas de proteção de povos isolados e recém-contatados e a gestão territorial e ambiental de terras indígenas, inclusive em casos de sobreposição com áreas de conservação.

Durante o evento a Funai assumiu o compromisso de, após a discussão interna de assuntos relacionados com a presença de povos indígenas em regiões fronteiriças, realizar encontro regional sobre a promoção de direitos indígenas em regiões de fronteira, no primeiro semestre de 2014. Essa proposta foi recebida com grande empolgação pelos representantes dos outros países e da OTCA, tendo em vista a relevância de serem discutidos assuntos como a mobilidade e o acesso a documentação, direitos sociais e serviços públicos de povos indígenas em regiões de fronteiras nacionais.

Além disso, países como Peru e Bolívia indicaram interesse em articular diálogos específicos para capacitação em proteção de povos isolados, com base no que tem sido discutido no marco do programa específico da OTCA sobre o tema.



Ruralistas ameaçam a Constituição

SÍTIO FOLHA DE SÃO PAULO, 18.09.2013

A PEC que transfere ao Executivo a demarcação de terras indígenas e tantos outros projetos tentam favorecer o uso delas pelo agronegócio

Artigo assinado por Dom Erwin Krautler, presidente do Cimi, e Dom Enemésio Lazzaris, presidente da CPT, em resposta a artigo da senadora e presidente da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Kátia Abreu (PSD-TO)

Aos ruralistas, seja na tribuna do Congresso Nacional ou nos jornais, não há o que os leve mais ao descontrole do que a causa indígena.

Descontrole expresso em uma escalada de recursos contra os direitos desses povos e de comunidades tradicionais garantidos pela Constituição Federal, que está prestes a completar 25 anos.

Um desses recursos é a PEC (proposta de emenda constitucional) 215/00, que transfere a competência da demarcação de terras indígenas do Poder Executivo para o Congresso Nacional.

Essa PEC, segundo nota técnica do Ministério Público Federal (MPF), afronta "cláusulas pétreas da Constituição da República" e viola o núcleo essencial de direitos fundamentais. Fere a divisão dos Poderes e anula o direito originário à terra, sendo a demarcação ato administrativo, segundo os juristas Carlos Frederico Marés e Dalmo de Abreu Dallari.

À PEC 215, somam-se dezenas de outros projetos de lei, que tentam impedir o reconhecimento de terras indígenas e favorecer o uso delas pelo agronegócio.

Nada parece deter os ruralistas, que ostentam uma bancada de 214 deputados e 14 senadores, com campanhas eleitorais financiadas pelo capital estrangeiro da Monsanto, Cargill e Syngenta, além da indústria de armas e frigorífico, conforme dados da Transparência Brasil.

O que esperar dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais a não ser a resistência, tal Davi contra Golias, em defesa de seus direitos?

Assim foi em abril, quando indígenas ocuparam a Câmara dos Deputados, e assim tem sido na retomada de terras tradicionais, com procedimentos demarcatórios paralisados pelo Executivo.

É o caso da terra indígena tupinambá de Olivença (BA). Seu procedimento administrativo está encerrado desde 2009. O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, no entanto, nega-se a assinar a portaria declaratória. País afora a situação é dramática.

CONT.



No Mato Grosso do Sul, a terra Kadiwéu, demarcada há cem anos e homologada há quase 40, continua invadida. Relatório do Cimi (Conselho Indigenista Missionário) registra que, de 2003 a 2012, ocorreram no Estado 317 assassinatos de indígenas, dos 563 ocorridos no país nesse período.

No caso da morte de Nísio Gomes Guarani Kaiowá, o MPF apontou como mandantes ao menos seis "produtores rurais". O confinamento às margens de rodovias ou em minúsculas reservas levou ao suicídio, entre 2000 e 2012, de 611 indígenas, jovens entre 14 e 25 anos, de acordo com dados do Dsei (Distrito de Saúde Indígena).

A Apib (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) convoca, entre 30 de setembro e 5 de outubro, uma mobilização nacional contra a ofensiva à Constituição e aos direitos indígenas. Cimi e CPT (Comissão Pastoral da Terra) apoiam o ato, fundamentados nos valores do Evangelho e por dever de justiça e solidariedade a quem tem sido espoliado de seus territórios e de seus direitos há tanto tempo.

A senadora Kátia Abreu (PSD-TO), em coluna nesta Folha ("Causa Inconfessável", 7/9) tenta desqualificar a ação dessas pastorais taxando-as de "ideológicas".

O assentamento de famílias sobre terras indígenas, inclusive com a emissão de títulos de propriedade do Estado, não nega o esbulho dos territórios.

Isso não ocorre somente no caso de terras tradicionalmente indígenas. A senadora e familiares foram beneficiados pelo governo do Tocantins com terras ocupadas por posseiros. Além de atentar contra o direito à terra dos povos e de posseiros, Kátia Abreu milita contra o direito à identidade coletiva.

A senadora protocolou na Casa Civil pedido para que a Funai (Fundação Nacional do Índio) paralise o processo de identificação étnica do povo Kanela do Tocantins.

Os indígenas não estão solitários em suas mobilizações, pois a sociedade está atenta ao escândalo do latifúndio ruralista brasileiro.



Deputados ruralistas vão ter domínio completo de comissão de terras indígenas
SÍTIO JORNAL O GLOBO, 18.09.2013

A bancada ruralista parte para dominar mais uma comissão da Câmara. A terceira. Eles já controlam a Comissão da Agricultura e a Comissão da Amazônia. Agora, esse grupo terá quase a totalidade dos integrantes da comissão especial que discutirá proposta que transfere as demarcações de terras indígenas para o Congresso Nacional, tese que tem a dura oposição do governo.

A comissão será instalada nesta quarta e já estão definidos quem será presidente - Luiz Carlos Heinze (PP-RS) - e o relator - Alceu Moreira (PMDB-RS). Os dois são contrários a novas demarcações de terras indígenas no país e já que os indígenas já ocupam territórios em demasia. Eles querem mais terras para o agrobusiness. Dos 16 nomes de deputados indicados pelos partidos até agora para serem titulares da comissão, nada menos que 14 são ligados aos ruralistas. São 21 os titulares e o PT não indicou até agora os representantes para suas três vagas.

Entre os indicados, as duas deputadas não-ruralistas do grupo são Janete Capiberibe (PSB-AP) e Perpétua Almeida (PCdoB-AC). Os 14 da Frente da Agropecuária são, por partido: PMDB: Alceu Moreira (RS), Asdrúbal Bentes (PA) e Osmar Serraglio (PR); PSDB: Nilson Leitão (MT) e Reinaldo Azambuja (MS); PSD: Eduardo Sciarra (PR) e Moreira Mendes (RO); PP: Luis Carlos Heinze (RS) e Vilson Covatti (RS); PR: Vicente Arruda (CE); DEM: Paulo Cesar Quartiero (RO); PDT: Giovanni Queiroz (PA); PTB: Sabino Castelo Branco (AM); PSC: Nelson Padovani (PR).

Se essa PEC for aprovada, o Congresso Nacional vai participar do processo de homologação das demarcações de terras, hoje prerrogativa do Executivo. Os ruralistas já anunciaram que farão audiências públicas em propriedades que teriam sido invadidas, "muitas vezes estimuladas por organizações ditas defensoras das causas indígenas", diz material de divulgação da Frente Parlamentar da Agropecuária. As Ongs serão os alvos da comissão.

"A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) defende que essas demarcações sejam democráticas, transparentes, sem ranços ideológicos ou preconceitos", diz o texto. Alceu Moreira, futuro relator, diz que o problema está nos "poderes exacerbados concedidos à Funai".